



Informativo Plenarium

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XV - nº 51 - maio de 2022



FECHAMENTO DO CADASTRO ELEITORAL



Destaque do mês de maio
Servidor destaque do mês:
Gicelmo Vieira Aragão.



**Exposição itinerante
celebrou os 90 anos da JE**
Nos dias 19 e 20 de abril,
duzentos alunos visitaram a
exibição.



**Presidente do TRE-SE
participou de reunião com
o ministro Edson Fachin**
O encontro ocorreu na sede
do TSE, em Brasília.

Editorial

A matéria de capa desta edição de maio do informativo PLENARIUM ressalta questões relacionadas ao fechamento do cadastro eleitoral. Conforme a legislação determina, dia 4 de maio (150 dias antes das eleições) é o último dia para realizar transferência de domicílio eleitoral, obter o primeiro título e outros serviços. Lembra-se que o(a) eleitor(a) pode realizar pela *internet* muitas operações referentes ao título eleitoral e conseguir documentos.

A primeira matéria especial destaca que o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), celebrando os 90 anos de criação da Justiça Eleitoral no Brasil, realizou, nos dias 19 e 20 de abril, a exposição itinerante no Instituto **João Carlos Paes Mendonça** (IJCPM), localizado no Shopping Jardins. Foram expostos alguns itens do acervo permanente do Centro de Memória Eleitoral de Sergipe (CEMEL), a exemplo, as réplicas dos pelouros (bolas de cera utilizadas para armazenar os nomes dos candidatos na época do Brasil colonial), uma urna de madeira, um exemplar de urna de lona e uma urna eletrônica. O objetivo: demonstrar a evolução do processo de votação no Brasil e a atuação da Justiça Eleitoral.

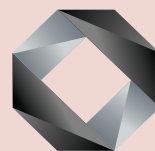
A segunda matéria especial evidencia que, no dia 4 de abril, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), desembargador **Roberto Porto**, com os demais presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais da Região Nordeste, participou da reunião com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro **Edson Fachin**. O encontro ocorreu na sede do TSE, em Brasília, e discutiu o planejamento das eleições 2022, com foco na implementação de medidas para fortalecer o combate à desinformação.

Na matéria de homenagem aos servidores da Justiça Eleitoral, saberemos um pouco mais do trabalho do servidor **Gicelmo Vieira Aragão**, lotado no Cartório da 3ª Zona Eleitoral, cuja sede está no município de Aquidabã. A circunscrição é composta por mais dois municípios: Cedro de São João e Graccho Cardoso.

A coluna Memória Eleitoral apresenta a Constituição de 1937 (a quarta do Brasil), que foi elaborada praticamente por um indivíduo: o jurista **Francisco Campos**. A norma iniciou o Estado Novo (1937-45) e foi criada para sedimentar o poder do presidente **Getúlio Vargas**. Por ser inspirada na Constituição polonesa de 1935, ficou conhecida como *Polaca*.

O ACONTECEU traz os principais fatos ocorridos nos meses de abril de 2022: TRE-SE recebeu consultores representantes do Instituto Inovare; Comitê Gestor do Clima Organizacional avaliou o resultado da pesquisa; o Título Eleitoral agora pode ser impresso em casa; TRE-SE participou de Teste dos Sistemas Eleitorais; e a reunião com representantes da Polícia Federal.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.



ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TRE/SE

PRESIDENTE

Desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva

JUÍZES MEMBROS

Gilton Batista Brito

Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas

Marcos de Oliveira Pinto

Marcelo Augusto Costa Campos

Carlos Pinna de Assis Junior

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Leonardo Cervino Martinelli

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

REVISÃO

André Frossard

João Lover

Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves

Luigi Abdias

COLABORAÇÃO

Diandra Larissa

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo

Gov. Augusto Franco - CENAF

Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho

Aracaju - SE - CEP: 49081-000

Sumário

Aconteceu	4
Servidor(a) destaque do mês	6
Fechamento do cadastro eleitoral	7
Exposição itinerante celebrou os 90 anos da JE	11
Reunião com o ministro Edson Fachin	13

Memória Eleitoral



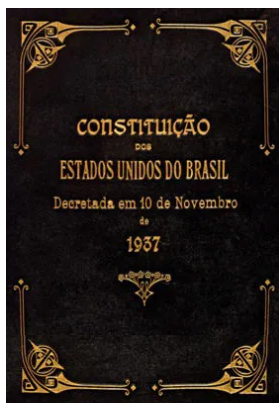
A Polaca: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937

A Constituição de 1937 (a quarta do Brasil) foi elaborada praticamente por um indivíduo: o jurista **Francisco Campos**. A norma iniciou o Estado Novo (1937-45) e foi criada para sedimentar o poder do presidente **Getúlio Vargas**. Por ser inspirada na Constituição polonesa de 1935, ficou conhecida como *Polaca*. Houve perseguição ao Poder Judiciário. O Executivo incorporou a maioria das funções do Legislativo. Partidos políticos foram desfeitos; eleições foram proibidas; instituiu-se a pena de morte; houve censura em relação aos meios de comunicação...

A *Polaca* confirmou o autoritarismo iniciado no Golpe de 1930 e substituiu a Constituição de 1934. Essa Carta Magna de 1937 foi baseada nas correntes antiliberais da época: os regimes facistas da Europa Continental. Francisco Campos criticava o liberalismo, defendia que os princípios democráticos e que a liberdade de opinião formariam democracias fracassadas. Na concepção dos detentores do poder e de vários intelectuais da época, a vontade do povo não seria representada por eleições, mas por um líder supremo.

Com a promulgação da *Polaca*, limitou-se o poder de atuação do Parlamento Nacional, sede do Poder Legislativo. Foram eliminadas as eleições diretas para os principais cargos de governo. Os presidentes estaduais (governadores) foram transformados em interventores, eram nomeados pelo presidente e podiam nomear autoridades municipais (prefeitos).

A Constituição de 1937 assegurou garantias individuais presentes em normas anteriores: direito à liberdade, à propriedade e à segurança individual, bem como a liberdade de culto, quase todas as medidas trabalhistas da Constituição anterior (salário-mínimo, jornada diária de oito horas, proibição do trabalho infantil...) A *Polaca* inova instituindo diversas garantias correspondentes à família e à educação: proteção da infância e da juventude e a assistência estatal a famílias de baixa condição financeira.



Aniversariantes DE MAIO

- 02 Maria Genilde dos Santos
- 05 José Sizenaldo de Almeida
- 06 Maria de Fátima Gomes
- 07 Arquibaldo Evangelista
- 07 Vinícius Tavares Fagundes
- 08 Walter Alves de Oliveira Filho
- 09 Cristiana Lima Correia
- 09 Gustavo Alves Goes
- 09 Milene Costa Santos de Jesus
- 11 Acir Lemos Prata Junior
- 11 Dinalvo Cruz Inativo
- 12 Ana Paula Tavares de Oliveira
- 12 Caroline Valeriano Damascena
- 13 Luiz Ricardo Belém Santos
- 13 Moysés Dantas Teixeira
- 14 Lídia Almeida Santos
- 16 Maria Aparecida Rezende
- 17 Christiane Cavalcanti de Mello
- 17 Vânia Maria Nascimento Lima
- 19 Aline Serafim Leite
- 20 Alaim Matos Henriques
- 20 Amanda Maria Batista Melo
- 24 Marcus Vinicius de Moraes
- 25 Lorena Ribeiro Reis Silva
- 27 Raquel Barbosa de Souza
- 28 Ana Lúcia Moura Pereira
- 28 Gicelda Côrtes Santos
- 28 Gleide Nádia Soares
- 28 Itana Mayra Conceição Ribeiro
- 28 Ivanildo Alves de Medeiros
- 29 Roberta Queiroz de Azevedo
- 30 Mary Jane Sales Santos
- 31 Anderson Luiz Oliveira Franca
- 31 Cátia Nunes

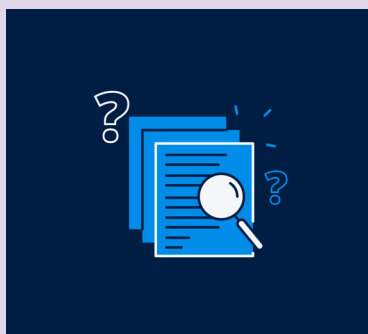
ACONTECEU



TRE-SE recebeu consultores representantes do Instituto Innovare

Na tarde de 19 de abril, o desembargador **Roberto Porto**, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), e o diretor-geral, **Rubens Lisboa**, receberam os consultores representantes do Instituto Innovare em Sergipe: **Lilian Jorbeline Ferreira de Melo** e **Carlos Augusto Monteiro Nascimento**.

Os consultores apresentaram aos representantes do TRE-SE a 19ª edição do Prêmio Innovare. O presidente do TRE-SE elogiou a iniciativa e afirmou que o Prêmio Innovare é um vetor que promove a eficiência e incentiva boas práticas no âmbito do Poder Judiciário. Criado em 2004, o Prêmio Innovare tem a função de detectar e de propagar práticas que tragam mudanças relevantes para a Justiça Brasileira. Ao longo dos 19 anos do projeto, já foram identificadas mais de 8.000 iniciativas, 251 receberam a premiação. As práticas são julgadas por personalidades de alta qualificação técnica do meios jurídicos e acadêmicos brasileiros.



Comitê Gestor do Clima Organizacional avaliou resultados da pesquisa

Foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Clima Organizacional – CGCO de 2022, presidido pela servidora **Christiane Cavalcanti de Mello** (Seção de Assistência à Saúde). O comitê é constituído por gestores de todas as unidades do TRE-SE (sede) e por representantes das Zonas Eleitorais.

A Pesquisa de Clima Organizacional, realizada em anos não eleitorais, é um Macrodesafio da Melhoria da Gestão de Pessoas no Planejamento Estratégico 2021-2026 e mede a percepção do corpo funcional quanto às dimensões de trabalho causadoras de impacto na dinâmica organizacional.

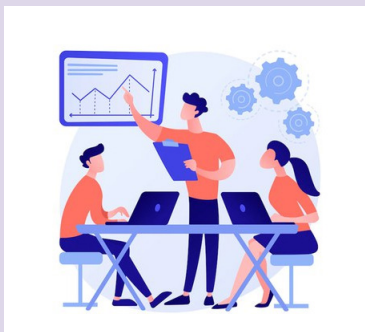


O Título de Eleitor agora pode ser impresso em casa

Na página de Autoatendimento do Eleitor, estão reunidas diversas funcionalidades que facilitam a vida das eleitoras e dos eleitores. Por meio da plataforma, é possível, por exemplo, fazer o alistamento eleitoral, imprimir o novo título em casa, consultar o local de votação e, se for preciso, alterá-lo para outro domicílio eleitoral, entre outras funções.

Se antes os novos títulos feitos por meio do Título Net só podiam ser visualizados pelo aplicativo e-Título, agora poderão ser baixados no formato PDF para serem impressos, incluindo o QR Code de validação de documentos. A plataforma também passou a ser mais responsiva, podendo ser usada com segurança e funcionalidade também em *smartphones* e *tablets*.

ACONTECEU



TRE-SE participou de Teste dos Sistemas Eleitorais

De 4 a 8 de abril de 2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) participou do Teste de Desempenho dos Sistemas Eleitorais, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O teste foi empreendido para avaliar os Sistemas de Candidaturas (CANDex; CAND), o sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico). Participaram todos os Regionais do país.

Verificou-se o desempenho referente à integração entre os sistemas de registro de candidatura e de processo judicial eletrônico. Nesse novo modelo, os dados dos candidatos trafegam entre esses *softwares*, o que mantém o sincronismo e a integridade entre eles. Considerando o volume de pedidos durante o período de registro de candidatura, é necessário simular tal condição para medir, realizar os ajustes necessários e garantir funcionamento e tempo de resposta satisfatórios em ambiente de produção, momento em que todo o país utilizará os sistemas.

Após uma semana testando os sistemas eleitorais, analisou-se o desempenho relacionado ao processo de envio de pedido de registro de candidatura e ao posterior peticionamento correspondente ao respectivo processo no Pje. Em relação aos dados, cômputo dos números relativos ao teste e à participação dos regionais, Sergipe destacou-se, ficou em terceiro lugar entre todos os Tribunais.



Reunião com representantes da Polícia Federal

No dia 26 abril, às treze horas, na sala da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), o presidente do TRE-SE, desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, reuniu-se com representantes da Polícia Federal (PF): o superintendente regional da PF, **Juner Caldeira Barbosa**; o corregedor regional da PF, **Tony da Costa Pedrosa Ferreira**; o agente do Setor de Inteligência da PF **Frederico dos Santos Rosa**; e o delegado regional de investigação e combate ao crime organizado da PF, **Marcus Vinicius Pioli Luz**. Participaram também do encontro, o diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa**, e o coordenador de planejamento estratégia e governança, **Marcelo Gerard**.

O desembargador Roberto Porto ressaltou que a Polícia Federal é uma grande parceira da Justiça Eleitoral. "Contar com apoio da Polícia Federal, principalmente, em tempos de eleição, é um dos fatores contributivos para que ocorram eleições seguras e tranquilas", disse o presidente do TRE-SE. A reunião objetivou alinhar estratégias referentes às eleições 2022. Nesse caso, a Polícia Federal, com a estrutura e com a atuação setor de inteligência, é fundamental. Hoje, há uma preocupação e muitas ações, principalmente, da Justiça Eleitoral no sentido de combater a desinformação visando sempre ao êxito em relação ao processo democrático.

Destaque do mês de maio

Homenageado o servidor da 3ª Zona Eleitoral: Gicelmo Vieira Aragão



Dando continuidade à série de homenagens aos servidores da Justiça Eleitoral, a edição deste mês do informativo PLENARIUM destaca o trabalho de **Gicelmo Vieira Aragão**, lotado no Cartório da 3ª Zona Eleitoral, cuja sede está no município de Aquidabã. A circunscrição é composta por mais dois municípios: Cedro de São João e Graccho Cardoso.



O servidor atua principalmente no atendimento aos eleitores e às eleitoras. Gicelmo é elogiado por seus colegas de trabalho pela disposição e pela cordialidade em relação ao contato com as pessoas

que procuram os serviços da Justiça Eleitoral. "Ele presta informações com a simpatia e a eficiência exigidas de um agente público, podemos dizer que é um exemplo", disse o chefe de cartório da 3ª ZE, **José Alexandre Ribeiro Chaves Alves**. A autoridade responsável pelo comando da 3ª ZE é o juiz eleitoral Dr. **Raphael Silva Reis**.

O homenageado é servidor da Prefeitura Municipal de Graccho Cardoso, ocupa o cargo de assistente administrativo naquele órgão. Gicelmo foi requisitado pelo Cartório da 3ª Zona Eleitoral em 30/7/2018 e desde então presta relevantes serviços ao eleitorado de Aquidabã, Cedro de São João e Graccho Cardoso.



Gicelmo Aragão ressaltou a importância em divulgar aos leitores informações referentes às questões eleitorais, notadamente, as determinadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e relacionadas às Fake News, notícias que podem influenciar o eleitor em relação ao voto.



Fechamento do cadastro eleitoral

Dia 4 de maio é o prazo final para tirar o primeiro título, fazer a transferência ou regularizar a situação

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) informa que o prazo final para solicitar a primeira via do título de eleitor, transferir o domicílio eleitoral e alterar dados no cadastro pessoal se encerra no dia 4 de maio. O prazo tem previsão em lei e é improrrogável!

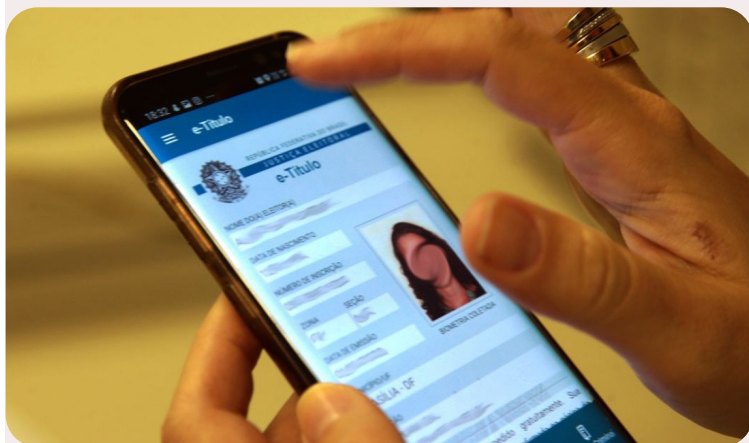
Todos os serviços prestados pela Justiça Eleitoral podem ser obtidos pela *internet* e estão concentrados em única página. O autoatendimento do eleitor acontece de forma rápida e fácil. Basta clicar no *link* indicado para acessar os serviços descritos no parágrafo anterior, expedir certidões, guias de multa para regularização de pendências, entre outros. Acesse a *Página de autoatendimento do eleitor*.

A Justiça Eleitoral de Sergipe orienta que os eleitores não deixem para última hora.

Distribuição do eleitorado

Em Sergipe, aproximadamente 9 mil novos títulos foram expedidos durante o mês de março. Somente na capital Aracaju, de 1º a 18 de março, 1.626 eleitores se cadastraram para participar pela primeira vez da grande festa da democracia. O maior colégio eleitoral do Estado (Aracaju) conta com 412.944 eleitores, seguido de Nossa Senhora do Socorro (110.210 eleitores), Lagarto (75.364) e Itabaiana (70.158). Dados extraídos do sistema no dia 31/03/2022. Agora, a demanda de atendimentos aumentou bastante. Por conta do

fechamento de cadastro, o número de requerimentos referentes ao título eleitoral e a outros serviços representa aproximadamente quatro vezes as estatísticas verificadas no mês de março.



Em números absolutos, Sergipe contabiliza 1.633,850 eleitores. Cidadãos e cidadãs entre 45 e 59 anos representam 24,2% do total do eleitorado. A faixa etária entre 25 e 34 anos corresponde a 22,28%, enquanto jovens entre 16 e 20 anos representam aproximadamente 6% do eleitorado sergipano.

As mulheres são a maioria dos votantes no Estado. O sistema aponta que 867.079 mulheres estão cadastradas como eleitoras, número que representa 53,1%. Os 764.928 eleitores do sexo masculino correspondem a 46,9% do eleitorado sergipano.

Quanto ao grau de instrução dos eleitores, 485.495 (29,7%) não concluíram o ensino fundamental, 341.990 (20,9%) completaram o ensino médio, 90.681 (5,5%) são analfabetos e 121.960 (7,4%) concluíram o ensino superior.

Possibilidade de imprimir o título em casa

Se antes os novos títulos feitos por meio do **Título Net** só podiam ser visualizados pelo aplicativo **e-Título**, agora podem ser baixados no formato PDF para serem impressos pelo próprio eleitor, incluindo o QR Code de validação de documentos. A plataforma também passou a ser mais responsiva, pode ser usada com segurança, funciona também em *smartphones* e *tablets*.

Caso a eleitora ou o eleitor deseje alterar o local de votação, a solicitação também pode ser feita por meio do *Autoatendimento do Eleitor*, sem a necessidade de preenchimento de todos os campos do formulário *Requerimento de Alistamento Eleitoral*. O espaço oferece ainda informações completas sobre o andamento dessa e das demais solicitações e ainda permite que os dados fornecidos pela usuária ou pelo usuário possam ser complementados, inclusive enviando documentos.



O *Autoatendimento do Eleitor* apresenta um módulo de autenticação biográfica, que possibilita reutilizar credenciais e manter a pessoa autenticada, sem que seja necessária uma nova verificação a cada serviço acessado. Ou seja: após a primeira identificação, a pessoa terá à disposição todo o *menu* de serviços disponíveis.



A nova versão também deixou as pesquisas sobre "Onde Votar" e "Consultar a Situação Eleitoral" (dentro de "Atendimento ao Eleitor") mais fáceis e claras. Eleitores cegos, com baixa visão ou com outro tipo de deficiência, também conseguem usar a plataforma com mais autonomia. É importante ressaltar que a identificação biométrica não será exigida em relação às eleições de 2022.

Atendimento presencial?

É importante ressaltar que os atendimentos presenciais nos Cartórios Eleitorais do Estado, agora, já ocorrem a necessidade

agendamento. O horário de atendimento ao público nas Zonas Eleitorais da Capital e na Central de Atendimento de Aracaju é das 7h às 13h. Nas Zonas do interior, o atendimento ocorre das 8h às 14h. Para agendar seu atendimento clique no *link* a seguir: <https://apps.tre-se.jus.br/agendaBiometria/publico/index.jsp>

As autoridades da Justiça Eleitoral em Sergipe decidiram pelo atendimento presencial nos cartórios sem ser preciso agendar pela *internet* por conta do aumento da demanda de eleitores e de eleitoras procurando os serviços eleitorais, principalmente, alistamento e transferência. Levando-se em conta a pandemia, que ainda não cessou totalmente, no atendimento, cumprem-se os procedimentos de segurança sanitária e também os de distanciamento.



Estatísticas por esse link abaixo: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>



Exposição itinerante celebrou os 90 anos da JE

Nos dias 19 e 20 de abril, duzentos alunos visitaram a exibição

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), com o objetivo de celebrar os 90 anos de criação da Justiça Eleitoral no Brasil, realizou, nos dias 19 e 20 de abril, a exposição itinerante no Instituto **João Carlos Paes Mendonça** (IJCPM), localizado no Shopping Jardins.

Segundo a diretoria do instituto, durante os dois dias de evento, 200 alunos visitaram a exposição, uma das ações em comemoração aos 90 anos da JE. As servidoras da Escola Judiciária Eleitoral (EJESE) **Lídia Cunha Mendes de Matos, Carmen Luiza Nascimento Cardoso Menezes e Cristiana Lima Correia** representaram a Justiça Eleitoral no evento.

A exposição conta com alguns itens do acervo permanente do Centro de Memória Eleitoral de Sergipe (CEMEL), a exemplo, as réplicas dos pelouros (bolas de cera utilizadas para armazenar os nomes dos candidatos na época do Brasil colonial), uma urna de madeira, um exemplar de urna de lona e uma urna eletrônica. O objetivo é demonstrar a evolução do processo de votação no Brasil e a atuação da Justiça Eleitoral.



O Instituto JCPM de Compromisso Social atua, prioritariamente, com jovens de 16 a 24 anos moradores do entorno dos empreendimentos comerciais do Grupo JCPM. Tem como norte de suas ações elevar o potencial de empregabilidade da juventude, ampliar conhecimentos gerais, estimular a leitura e proporcionar orientação comportamental. Com unidades no Recife, em Salvador, em Fortaleza e em Aracaju, já atendeu 45 mil jovens desde a criação, no final de 2007, com iniciativas como elevação de escolaridade, cursos universitários e de férias, qualificação profissional, jovem aprendiz e formação empreendedora.



Sobre os 90 anos da Justiça Eleitoral

O Código Eleitoral de 1932 completou 90 anos no dia 24 de fevereiro de 2022. Essa norma significou enorme avanço em relação à democracia no Brasil. Objetivou conduzir o país à reconstitucionalização, como vinha acontecendo nas modernas democracias liberais do mundo.



Principais inovações consubstanciadas no Código Eleitoral de 1932: a criação da Justiça Eleitoral (artigo 5º); o voto secreto (artigo 57): o eleitor votaria por meio de cédulas numa urna em "gabinete indevassável"; o sistema de representação proporcional (artigo 58); e o voto passou a ser obrigatório (artigo 121).

Curiosidade: o Código Eleitoral de 1932 já previa que fossem



usadas máquinas de votar (a primeira referência oficial às urnas eletrônicas). O código permitiu ainda registrar candidatos por partido político, aliança de partidos, grupo de eleitores e até candidaturas avulsas. Trouxe também dispositivos de segurança: conforme determinado no regulamento daquele ano, o título eleitoral foi o primeiro no qual constava a fotografia e a impressão digital do eleitor.

Consolidada como guardiã da democracia, a Justiça Eleitoral é sustentáculo para um dos maiores sistemas democráticos do mundo, que são as eleições brasileiras. São nove décadas de criação da Justiça Eleitoral; e já foram realizadas, nesse período, 41 eleições (diretas e indiretas), três referendos e três plebiscitos. Elegeram-se milhares de candidatas e candidatos, de idades diversas, de todas as raças, escolhidos(as) pelo eleitorado.

A Justiça Eleitoral (JE) mantém um sistema de votação sem fraudes, garante eleições limpas, seguras, transparentes e principalmente auditáveis. Nada disso seria possível se não fosse a atuação séria, responsável e comprometida dos juízes e juízas, bem como das servidoras e dos servidores da JE.

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) começou a funcionar no dia 30 de julho de 1932. O primeiro presidente foi o desembargador **João Dantas de Brito**. Com a promulgação da Constituição Federal de 1937, a Justiça Eleitoral foi extinta. Posteriormente, por força do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, renasce a Justiça Eleitoral. Instituiu-se novamente o TRE-SE no dia 12 de junho de 1945, e o presidente foi o desembargador **João Bosco de Andrade Lima**. O atual presidente do TRE-SE é o desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.





Min. Edson Fachin e Des. Roberto Porto

Presidente do TRE-SE participou de reunião com o ministro Edson Fachin

O encontro ocorreu na sede do TSE, em Brasília, e discutiu o planejamento das eleições 2022

Na segunda-feira, 4 de abril, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), desembargador **Roberto Porto**, participou da reunião com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro **Edson Fachin**.

Participaram junto com o presidente do TRE-SE, nos debates, o diretor-geral do TRE-SE, em substituição, **Norival Navas Neto**, e o assessor de imprensa e comunicação social **Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro**.

O encontro ocorreu na sede do TSE, em Brasília, e discutiu o planejamento das eleições 2022, com foco na implementação de medidas para fortalecer o combate à desinformação. Da reunião participaram os demais presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais da Região Nordeste. O desembargador Roberto Porto, em nome do TRE-SE, saudou o ministro presidente do TSE, os colegas presidentes e os assessores.

Assuntos debatidos pelos presidentes: ações de enfrentamento à desinformação, painel apresentado pelo assessor especial **Frederico**

Alvim; conquistas e objetivos da Identificação Civil Nacional, programa que visa a unificar o documento de identificação, painel exposto pelo assessor de gestão de identificação, Dr. **Sandro Nunes Vieira**.

Na sequência da programação, houve apresentações sobre auditoria, ouvidoria, participação feminina no cenário político e eleitoral, diversidade e segurança cibernética.

A juíza auxiliar da Presidência e secretária de auditoria do TSE, **Clara da Mota Alves**, ao abrir a programação, expressou-se sobre os novos procedimentos de auditoria interna e de atualização do Código de Ética do TSE e também discorreu sobre a Política de Integridade da Corte Suprema. Ela disse que, neste ano, serão auditados os processos referentes a treinamento de mesários, de assessoria de imprensa e de segurança da informação. Clara da Mota reforçou a importância de integrar as auditorias entre os TREs e o TSE em relação a implantar

uma política de integridade e de segurança da informação. Finalizou afirmando contar com a contribuição dos Regionais para que sejam identificadas vulnerabilidades e pontos significativos relacionados à segurança da informação antes das Eleições Gerais de outubro.

A ouvidora do TSE e juíza auxiliar da Presidência, **Larissa Almeida do Nascimento**, ministrou a conferência sobre iniciativas referentes à capacitação dos trabalhadores da Justiça Eleitoral (JE) e à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nos atendimentos da unidade. Salientou que Ouvidoria é o principal canal de comunicação entre o público e o Tribunal e está preparada no sentido de receber e esclarecer dúvidas prestando informações precisas, apuradas e validadas. Ela destacou a recém-criada Ouvidoria da Mulher: "Um órgão de acolhimento, informações e encaminhamento de denúncias e de combate à violência política de gênero."





Mulheres atuando politicamente

Maria Cláudia Bucchianeri, ministra e coordenadora da Comissão TSE Mulheres, discorreu sobre as ações da Justiça Eleitoral direcionadas a fortalecer a participação feminina no âmbito político e eleitoral. Ela ressaltou importância das Cortes Regionais em relação às atividades referentes ao público feminino no Judiciário. "As integrantes do TSE Mulheres ajudam a dar um olhar de gênero nas mais diversas questões que chegam ao Tribunal. Além disso, ajudam a Justiça Eleitoral a elaborar decisões e projetos que contemplem a temática", disse.

A assessora da Secretaria-Geral do TSE **Samara Pataxó** frisou a atuação do Núcleo de Inclusão e Diversidade do TSE. Conforme a assessora, o novo colegiado está sendo concluído. Defendeu que é essencial ampliar o diálogo com os TREs no sentido de aprimorar ações que fortaleçam e incluam, no cenário político nacional, os povos indígenas, os negros e outros públicos minorizados.

Sobre cibersegurança

A segurança cibernética foi o último tema discutido. O secretário de tecnologia da informação (STI), **Júlio Valente**, reafirmou o compromisso com o objetivo de promover uma cultura organizacional que fortaleça ainda mais a confiança no sistema eleitoral e a imagem institucional da JE. O secretário de STI alertou acerca das ameaças cibernéticas as quais as instituições públicas e as corporações da área privada sofrem. Agentes que zelam pelas instituições, preparados, formam um consciente coletivo e podem "blindar" as entidades em relação a eventuais ataques, principalmente, os virtuais.



Des. Roberto Porto

SER MESÁRIO VOLUNTÁRIO

